

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

[Título: Câmara vai analisar venda da Eletrobrás no dia 6](#) 6

Valor Econômico

[Título: Governo prepara mudanças na reforma do mercado de gás](#) 17

Sumário

VEÍCULO: O Globo	3
Título: Petrobras quer só 4 de 28 sondas da Sete.....	3
Título: EUA vão cobrar tarifa de 25% sobre aço importado, diz Trump	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Câmara vai analisar venda da Eletrobrás no dia 6	6
Título: Eletropaulo e Eletrobrás ficam próximas de acordo	7
Título: Petrobrás fica perto de acordo com Sete Brasil	7
Título: Veio para confundir	8
Título: País deve recorrer se medida entrar em vigor	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11

Título: Estatal vai ficar com 4 das 28 sondas da Sete.....	11
Título: Petrobras decide vender na Bolsa a sua rede de distribuição Liquigás.....	11
Título: Fechamento de postos de combustível se tornou mais frequente, dizem entidades.	13
Título: Trump anuncia que vai sobretaxar importação de aço e de alumínio	14
Título: Medida inviabiliza venda de insumo brasileiro	16
VEÍCULO: Correio Braziliense	17
Título: A enrascada entre AES e Eletropaulo	17
VEÍCULO: Valor Econômico	17
Título: Governo prepara mudanças na reforma do mercado de gás.....	17
Título: EUA anunciam sobretaxa a aço e alumínio importados	18
Título: Medida pode afetar US\$ 2,5 bi de exportação do Brasil	20
Título: Destaques	21
Título: Eletropaulo e Eletrobrás avaliam cronograma de acordo	22
Título: Acordo entre Petrobras e Sete depende de credores	23
Título: Após reveses no Cade, Ultra mantém aposta nos atuais negócios	25
Título: Petrobras vai analisar alternativas para venda da Liquigás.....	27
Título: Motorista ignora relação de preços e prefere etanol.....	28
Título: Wall Street cai pelo 3º dia com tarifa sobre aço importado	30
Título: Setor financeiro, varejo e siderurgia compõem mix.....	31
Título: Petrobras vai analisar alternativas para venda da Liquigás.....	34

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa****Título: Petrobras quer só 4 de 28 sondas da Sete**

Estatual confirma redução de encomenda e vai vender participação.

A Petrobras vai ficar com apenas quatro das 28 sondas que foram encomendadas à Sete Brasil, empresa criada na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para construir e operar os equipamentos responsáveis por explorar o pré-sal. O projeto, que foi alvo da Operação Lava-Jato, envolveu o pagamento de propinas por parte de representantes dos estaleiros, segundo delataram ex-diretores da companhia. O plano da Sete Brasil, que mobilizou cinco estaleiros.

—quais dois foram construídos do zero —, tinha a promessa de gerar investimentos de US\$ 27 bilhões.

O Conselho da Petrobras também determinou que a estatal se desfaça de sua participação na Sete Brasil, que é de cerca de 10%.

Entre os outros acionistas estão fundos de pensão das estatais e bancos como Bradesco e Santander. Os conselheiros estabeleceram ainda que a Petrobras deve vender a participação que teria individualmente nas sondas ao lado de outras empresas. A Sete teria uma Assembleia de Credores na segunda-feira, que deve ser adiada, para considerar a proposta da estatal em seu plano de recuperação.

Segundo a decisão do Conselho de Administração da Petrobras, as quatro sondas terão contratos de dez anos com taxa diária de US\$ 299 mil, o que inclui o valor do afretamento e a operação das unidades. Essas quatro sondas estão com mais de 90% da construção concluídos desde o ano passado.

Como o impasse entre as empresas já se arrasta há dois anos, os acionistas da Sete Brasil iniciaram processos de arbitragem contra a Petrobras no início de 2017, alegando perdas que chegam a R\$ 7 bilhões com a desistência da estatal no projeto. Apesar da decisão de ontem da Petrobras, as seis arbitragens continuam em curso, dizem fontes.

Uma sétima arbitragem, movida pela Valia (fundo de pensão da Vale), deu ganho de causa à Petrobras.

DECISÃO EM NY

Ontem, a estatal informou ainda que a Corte Federal de Nova York, nos Estados Unidos, aprovou na quarta-feira, de forma preliminar, o acordo celebrado para encerrar a ação coletiva aberta por investidores internacionais contra as perdas causadas pelos casos de corrupção da Lava-Jato no valor das ações. A Petrobras ofereceu US\$ 2,95 bilhões para encerrar o litígio. O acordo é um dos maiores já celebrados nos Estados Unidos.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Henrique Gomes Batista - Correspondente

Título: EUA vão cobrar tarifa de 25% sobre aço importado, diz Trump

Brasil alerta para prejuízo aos dois países e não descarta ir à OMC

-Washington- O presidente americano, Donald Trump, disse ontem que assinará na próxima semana a adoção de tarifas à importação de aço e alumínio para proteger produtores americanos "por um longo período"! O anúncio foi feito em reunião com executivos da indústria, na Casa Branca.

— Vocês terão proteção pela primeira vez em muito tempo — afirmou.

Trump disse a jornalistas que as taxas serão de 25% para o aço e 10% para o alumínio. A medida foi recomendada pelo Secretário de Comércio, Wilbur Ross, após investigação pedida pelo presidente, que queria saber se as importações de aço ameaçavam a segurança nacional.

Qualquer movimento para impor taxas provavelmente aumentará a tensão com a China e outros parceiros comerciais americanos, como a União Europeia, e aumenta o temor de uma guerra comercial. Os críticos temem represálias de outros países ou a imposição de sanções comerciais sob o argumento de proteção da segurança nacional.

BRASIL É O 2º MAIOR EXPORTADOR DE AÇO

O governo brasileiro reagiu. Em nota, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços informou que não descarta recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) e realizar ações bilaterais contra os EUA. Segundo a pasta, a restrição "traria prejuízos significativos aos produtores e consumidores de ambos os países"

A taxa de 25% é considerada "menos pior" para o Brasil do que o esperado, segundo disse na segunda-feira o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge de Lima, que esteve no começo da semana com

autoridades americanas tratando do tema. O Brasil é o segundo maior exportador de aço para os EUA, atrás do Canadá: são 5 milhões de toneladas de aço por ano, um terço das vendas brasileiras ao exterior.

A Secretaria de Comércio dos EUA havia sinalizado, além desta proposta que teria sido aceita por Trump, a possibilidade de criar uma sobretaxa de 53% a um grupo de 12 países — Brasil, China, Rússia e Turquia entre eles — ou de criar cotas de importação. Lima dissera a jornalistas brasileiros que uma tarifa linear a todos os países seria menos danosa para os EUA. Trump tem até 11 de abril para decidir sobre as propostas da secretaria de Comércio.

Em sua argumentação, o ministro lembrou a Wilbur Ross, que 80% da exportação brasileira de aço aos EUA é de produtos semiacabados, ou seja, ajuda a indústria americana. E que, para isso, o Brasil importa carvão dos EUA.

Na segunda-feira, em evento na embaixada brasileira em Washington, representantes da indústria argumentavam que os EUA poderiam sofrer com restrições fortes ao aço brasileiro já que as empresas americanas foram idealizadas para processar o aço semiacabado.

BOLSAS CAEM APÓS ANÚNCIO

Marco Polo de Mello Lopes, presidente executivo do Instituto Aço Brasil, afirma que o anúncio feito por Trump causou surpresa, pelo fato de que se esperava uma decisão definitiva sobre o tema e que não incluísse o Brasil.

— Estamos prontos para recorrer caso a decisão seja por taxar o aço brasileiro. Isso não faz sentido — disse Marco Polo, que esteve esta semana em Washington com executivos de siderúrgicas num esforço para tirar o Brasil da lista.

Em 2017, as exportações brasileiras de aço para os EUA somaram US\$ 2,6 bilhões, enquanto as importações de carvão metalúrgico americano foram de US\$ 1 bilhão, disse Marco Polo.

O Dow Jones, que chegou a operar em terreno positivo ontem, fechou em queda de 1,68%, uma perda de 400 pontos. Já o S&P 500 caiu 1,33%.

A taxa extra sobre aço e alumínio pressionou os negócios à tarde, afetando os papéis de siderurgia e mineração no Brasil. Ainda assim, o Ibovespa, se recuperou na hora final de negociação e terminou o dia com variação de 0,03%, praticamente estável, aos 85.377 pontos. Já o dólar comercial fechou em alta de 0,36%, cotado a R\$ 3,256. (Colaboraram Bárbara Nascimento, Glaucete Cavalcanti e Ana Paula Ribeiro)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Anne Warth****Título: Câmara vai analisar venda da Eletrobrás no dia 6**

A primeira reunião da comissão especial na Câmara dos Deputados que analisa o projeto de lei de privatização da Eletrobrás será no dia 6 de março. A comissão terá 35 membros titulares e 35 suplentes, mas os trabalhos podem começar após a comissão especial atingir o quórum mínimo de 18 membros titulares indicados. Por ora, a comissão conta com 21 membros.

Na primeira reunião, esperasse oficializar a escolha do relator do projeto de lei, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), e do presidente, deputado Hugo Motta (MDB-PB). Nos próximos dias, a comissão deve elaborar um cronograma de trabalhos e aprovar a convocação de audiências públicas.

Entre os prováveis convocados estão o **ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, e o presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Jr., conforme já indicado por Aleluia. A previsão do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-BA), é que a proposta seja aprovada na comissão na primeira quinzena de abril.

A maioria dos membros da comissão integra a base governista. Com direito a apontar três membros, o PSDB ainda não fez indicações. Também não indicaram o PT, PDT, Podemos, PSOL, Avante, PC do B e Pros.

O quórum mínimo de membros titulares da comissão só foi atingido após um apelo de Maia aos líderes partidários. Até mesmo legendas da base aliada ainda não haviam feito suas indicações. O projeto faz parte da agenda de prioridades do governo Michel Temer e tem o apoio explícito de Maia, mas enfrenta resistência da bancada de parlamentares do Nordeste e da oposição.

Após passar pela Câmara, o projeto ainda precisa ser votado no Senado e, depois, sancionado pela Presidência da República. Só então a proposta entra em vigor.

O governo pretende privatizar a companhia neste ano e arrecadar R\$ 12,2 bilhões como bônus de outorga, dinheiro que será cobrado da empresa para que ela tenha direito a novos contratos de energia, mais lucrativos que os atuais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia / colunas****Autor:****Título: Eletropaulo e Eletrobrás ficam próximas de acordo**

A Eletropaulo e a Eletrobrás estão em vias de bater o martelo e assinar um acordo que colocará fim à disputa judicial bilionária que se arrasta há décadas, referente a um empréstimo feito pela distribuidora paulista em 1986, quando ainda era estatal. As empresas já haviam acertado o valor de cerca de R\$ 1,6 bilhão a ser pago pela distribuidora para encerrar o imbróglio, mas ainda buscam um entendimento para a forma de pagamento, que deve incluir uma parcela inicial à vista entre R\$ 300 milhões, que seriam defendidos pela distribuidora, e R\$ 700 milhões, desejados pela Eletrobrás. O valor restante será pago em parcelas anuais, num prazo menor que os 10 anos inicialmente sinalizados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Reuters****Título: Petrobrás fica perto de acordo com Sete Brasil**

A Petrobrás aprovou os termos para um possível acordo em uma mediação judicial com a Sete Brasil que envolveria a saída da estatal e de suas controladas do quadro societário da empresa, que foi criada em 2010 para construir sondas para a exploração do pré-sal e está em recuperação judicial desde 2016.

Em fato relevante divulgado ontem, a estatal informou que manterá contratos de operação de quatro sondas, enquanto os acordos para outras 24 – ainda não entregues pela Sete Brasil – seriam cancelados. Os contratos mantidos terão vigência de dez anos com taxa diária de US\$ 299 mil, incluído nesse valor o afretamento e a operação.

A estatal disse que a celebração do acordo com a Sete Brasil ainda ficará condicionada à apresentação pela empresa de um operador de sondas "de classe internacional e com experiência em águas profundas" a ser aprovado pela Petrobrás.

Quando criada, a Sete Brasil previa construir 29 sondas de petróleo no Brasil, sendo 28 para atender contratos firmes com a Petrobrás, com investimentos totais de US\$ 26,4 bilhões de dólares, segundo informações do site da empresa.

A Sete Brasil tem como sócios a Petrobrás, com 5%, e o fundo de investimento (FIP) Sondas, com 95%. O fundo tem entre seus cotistas a Petrobrás, os fundos de pensão Petros, Funcef e Previ e os bancos Santander e BTG Pactual. /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Opinião

Autor: Fernando Dantas

Título: Veio para confundir

O Brasil foi o segundo maior exportador de aço para os Estados Unidos em 2017, com 4,8 milhões de toneladas, um crescimento de 66% desde 2011. A informação consta de uma tabela do documento de 262 páginas do Departamento de Comércio dos Estados Unidos em que se baseou o presidente Donald Trump para declarar ontem que imporá tarifas de 25% para a importação de aço de todos os países produtores. O presidente americano incluiu também o alumínio na ofensiva, dizendo que o produto teria tarifa de 10%.

O "estudo" conclui que as importações de aço representam uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos, o que soa extremamente forçado quando se sabe que o produto representa um setor cuja importância estratégica para o desenvolvimento econômico morreu no século XX. A alegação torna-se quase ridícula num país que, com empresas como Apple, Microsoft, Amazon, Google, IBM e Intel, e as melhores universidades e a tecnologia mais avançada do mundo, lidera a inovação no capitalismo global.

O setor siderúrgico brasileiro, claro, tem a perder se a tarifa de 25% vier realmente a ser imposta (uma exceção é a Gerdau, que produz nos Estados Unidos e pode até ser beneficiada). Aliás, um efeito colateral ruim da iniciativa de Trump é despertar os piores instintos protecionistas nas indústrias do aço em outros países. No Brasil, há pouco tempo o Ministério da Fazenda bloqueou na prática uma articulação para sobretaxar produtos siderúrgicos da China e da Rússia. Agora, nossos lobistas setoriais ganham mais "moral" para defender benesses desse tipo.

Uma questão importante é saber se Trump, com sua política econômica populista, pode causar um grande estrago global, como uma onda de protecionismo disseminando-se por vários países e um fechamento generalizado do comércio mundial.

O presidente americano faz questão de mostrar a cada momento que a sua ideologia de "America First" é, sim, protecionista e hostil ao arcabouço de tratados e instituições que regulam o comércio global. Assim, logo no início do

seu mandato retirou os Estados Unidos com estardalhaço da Parceira Transpacífica (TPP, na sigla em inglês), negociação comercial entre vários países da Ásia (sem a China) e das Américas com costa no Pacífico.

Trump também exigiu uma renegociação do Nafta, entre Estados Unidos, Canadá e México, e o seu governo está procrastinando o endosso a nomeações importantes na Organização Mundial de Comércio (OMC).

Entretanto, apesar de toda essa bem ensaiada hostilidade ao comércio global, é duvidoso que Trump consiga de fato provocar uma grande onda protecionista como a ocorrida entre as duas guerras mundiais do século passado.

Como observa o economista José Tavares, especialista em política comercial, a agenda do presidente americano é tão absurda e contrária aos interesses do seu próprio país que por vezes parece mais uma sucessão de bravatas para justificar o discurso de campanha.

"É meio como o muro na fronteira do México, sempre anunciado, mas que nunca sai do papel", diz Tavares.

As movimentações internas do governo americano que culminaram no anúncio das tarifas ontem revelam um quadro caótico de assessores econômicos se engalfinhando, sem uma linha programática clara.

Evidentemente, as tarifas vão encarecer os produtos siderúrgicos e prejudicar diversos setores da economia americana, como automobilístico, de aviação, construção, energia, etc., que vão reagir contra a medida.

Tavares até duvida que as tarifas sejam efetivamente implantadas. Porém, ainda que algo nesse sentido seja feito, a retórica protecionista de Trump é tão contrária ao bom senso econômico e aos interesses mais gerais dos Estados Unidos que, por enquanto, parece provocar mais confusão do que ameaças efetivamente graves para a economia global, na visão do especialista.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor: Fernanda Guimarães / Lorena Rodrigues

Título: País deve recorrer se medida entrar em vigor

Governo brasileiro avisou que não descarta ações para preservar os interesses nacionais relacionados ao caso.

Após o anúncio de que os Estados Unidos se prepara para aplicar tarifa de 25% sobre as importações de aço e de 10% sobre as de alumínio, o Ministério da

Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) divulgou nota afirmando que o Brasil recebia a notícia com "enorme preocupação". "O governo brasileiro não descarta eventuais ações complementares, no âmbito multilateral e bilateral, para preservar seus interesses no caso concreto", afirmou o texto.

A nota diz ainda que o governo "espera trabalhar construtivamente com os Estados Unidos para evitar eventual aplicação, o que traria prejuízos significativos aos produtores e consumidores de ambos os países". O texto foi divulgado após reunião, em Washington, entre o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge, e o secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross.

Segundo o presidente executivo do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo de Mello Lopes, que também participou dos encontros, caso o Brasil não consiga ser excluído da decisão, que ainda não entrou em vigor, o País vai recorrer. Se a tarifa for confirmada, o País terá 90 dias, após a publicação, para entrar com recurso.

Uma grande exportadora de placas de aço do Brasil para os EUA é a argentina Ternium, que, ao comprar a CSA no ano passado, herdou um contrato de fornecimento para a laminadora Calvert no Alabama. A usina de Tubarão, da ArcelorMittal, também destina parte da produção aos Estados Unidos. As empresas preferiram não comentar, afirmando que vão se pronunciar por meio do IABr.

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Usiminas devem ter um efeito reduzido com essa medida. De janeiro a setembro, as exportações totais da CSN corresponderam a 4% do volume vendido. Já na Usiminas, o total exportado ano passado foi de 14%.

"Atualmente o mercado de placa é muito justo, e os Estados Unidos podem ter dificuldade de fornecimento com essa medida", afirmou o presidente do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), Carlos Loureiro.

Sem reclamação. Para a Gerdau, contudo, a notícia é positiva. A siderúrgica gaúcha detém mais da metade de seu faturamento vindo de sua unidade na América do Norte e há bastante tempo sofre pressão de suas margens por causa da entrada de produto importado nos EUA. Ao contrário de Usiminas e CSN, que viram seus papéis caírem mais de 4% ontem, a Gerdau registrou alta de 3% nas ações preferenciais. /

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor:****Título: Estatal vai ficar com 4 das 28 sondas da Sete**

A Petrobras informou nesta quinta-feira (1º) que pretende contratar apenas quatro das 28 sondas negociadas com a Sete Brasil, empresa criada no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para ser a maior fornecedora de equipamentos para a exploração do pré-sal.

As outras 24 terão seus contratos cancelados, segundo proposta de acordo entre as duas empresas. O acerto prevê ainda a saída da Petrobras do controle da Sete Brasil.

Afetada pela crise da estatal e por denúncias de pagamento de propinas, a Sete Brasil pediu recuperação judicial em abril de 2016, com uma dívida de R\$ 19,3 bilhões.

O último plano de resgate apresentado aos credores pela empresa, em agosto de 2017, já admitia a conclusão apenas das quatro sondas com obras mais avançadas.

Além do corte nos contratos, a Petrobras anunciou que pretende reduzir o valor do aluguel dos equipamentos de cerca de US\$ 500 mil iniciais para US\$ 299 mil por dia.

A Sete não se manifestou sobre o assunto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: JULIO WIZIACK DE BRASÍLIA****Título: Petrobras decide vender na Bolsa a sua rede de distribuição Liquigás**

Decisão vem após órgão que regula concorrência vetar a compra da empresa pela Ultragaz

Modelo da oferta para o mercado está em análise, mas estatal já estima arrecadar mais de R\$2,8bi

A Petrobras decidiu vender a Liquigás na Bolsa depois que a compra de sua rede de distribuição de gás pela Ultragaz foi vetada pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) nesta quarta-feira (28).

A estatal, que detêm 100% do capital da companhia, estuda a abertura de capital (IPO) da Liquigás com oferta pública secundária de ações.

Essa estratégia foi decidida pelo conselho da Petrobras. Pessoas que participam das conversas afirmam ser possível levantar com investidores até mais do que R\$ 2,8 bilhões, valor ofertado pela Ultragaz.

A Petrobras poderia fazer um IPO colocando à venda a totalidade do capital, mas deve fazer esse movimento em etapas. Isso porque investidores mais agressivos poderiam adquirir mais de 50% das ações em uma oferta.

Para evitar essa situação, que afugentaria interessados, a tendência é fazer emissões secundárias de ações —e por etapas. As emissões não poderão ser primárias porque, em casos assim, o dinheiro da venda fica na empresa e não com o controlador.

Não está descartada a possibilidade de ser buscado um parceiro estratégico que adquira uma participação minoritária antes do IPO.

Processo parecido ocorreu com a BR Distribuidora no fim do ano passado. A venda de 28,75% do capital da companhia rendeu R\$ 5 bilhões.

Outra saída sob avaliação da estatal é o IPO e a transformação da Liquigás em uma “Corporation”.

Feito seu registro na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), a empresa só passaria a ter ações com voto e faria uma oferta pública (também secundária). Essas emissões ocorreriam em etapas até que a Petrobras se retirasse ou ficasse com uma participação irrelevante.

Nesse modelo, não haverá controle definido e as ações da empresa ficarão pulverizadas no mercado. O comando é totalmente profissional.

Foi o que ocorreu recentemente com a Vale. Os antigos controladores — fundos de pensão estatais, BNDESPar, Bradespar e Mitsui— tiveram participação conjunta reduzida de 51% para 44% na conversão de ações.

No acordo de acionistas desse tipo de empresa, eles não costumam participar das votações com mais de 10% das ações, mesmo tendo participação acionária (com direito a voto) superior a esse patamar.

ENDIVIDAMENTO

A venda da Liquigás faz parte de uma lista de empresas e participações que a Petrobras colocou à venda para equacionar seu endividamento com o levantamento de US\$ 21 bilhões até o fim deste ano.

Com a Operação Lava Jato, que revelou esquemas de corrupção, e a queda da cotação do petróleo no mercado internacional, a Petrobras mergulhou em uma crise financeira.

Em 2015, para quitar sua dívida, seria preciso contar com 5,3 vezes o que tinha no caixa. Em maio de 2016, Pedro Parente assumiu o comando da Petrobras colocando em prática medidas de cortes e de venda de ativos. Em 2017, a relação entre dívida e caixa caiu para 3,2 vezes e a meta é reduzi-la para 2,5 vezes neste ano.

A venda da Liquigás é parte relevante dessa estratégia e, como mostrou a decisão do Cade, dificilmente seria aprovada caso qualquer um dos quatro maiores concorrentes fizesse uma oferta.

Isso porque a combinação das empresas resultaria em excessiva concentração.

Grupos estrangeiros da China e Turquia tinham se interessado pelo negócio, mas desistiram. Além disso, qualquer novo processo no Cade pode levar até 240 dias para ser julgado no órgão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Fechamento de postos de combustível se tornou mais frequente, dizem entidades

Mercado Aberto

A redução nas margens de lucro e a maior fiscalização tem acelerado o fechamento de postos de combustível, sobretudo em cidades grandes, segundo entidades do setor.

“Temos observado que o mercado se tornou tão competitivo que muitas pessoas preferem mudar de ramo”, diz José Alberto Paiva Gouveia, presidente do Sincopetro (sindicato setorial).

Pelo menos 215 estabelecimentos foram interditados no país por irregularidades nos seis primeiros meses de 2017, dado mais recente da ANP (agência regulatória), uma das responsáveis pelas autuações.

Um dos fatores que indiretamente aceleraram os fechamentos foi a alteração da política de preços da Petrobras no ano passado, segundo Paulo Miranda Soares, presidente da Fecombustíveis (federação do setor).

A medida levou a uma redução da diferença entre o valor pago às distribuidoras e o cobrado na revenda —movimento que foi mais forte nas metrópoles, onde a oferta de estabelecimentos é maior.

“A margem média dos postos hoje fica entre 11% e 12%, mas em capitais chega a 6%.”

A flutuação dos valores nas refinarias ocorre diariamente, mas o mesmo não pode ser feito na bomba, diz ele.

Há também o impacto da alta de custos e das ações de fiscalização, afirma Soares. “Fraudes tendem a aumentar quando os negócios vão mal.”

Apesar de notarem piora, nenhuma das entidades do setor, nem a ANP, têm dados sobre o número de estabelecimentos fechados em 2017.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: STELITA HASS CARAZZAI DE WASHINGTON

Título: Trump anuncia que vai sobretaxar importação de aço e de alumínio

Na posição de grande exportador para Estados Unidos, Brasil está entre os países mais afetados

Presidente reclama de tratamento dado à indústria local; governo brasileiro estuda como deter protecionismo

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou nesta quinta-feira (1º) que seu governo vai impor tarifas de importação de 25% sobre o aço e 10% sobre o alumínio, na próxima semana.

O Brasil está entre os países que mais devem ser afetados: é o segundo maior exportador de aço aos EUA, atrás apenas do Canadá. No ano passado, a receita somou US\$ 2,63 bilhões (cerca de R\$ 8,5 bilhões).

Trump não deu detalhes sobre as tarifas, mas afirmou que durarão bastante tempo.

O governo brasileiro recebeu a notícia com preocupação e disse que não descarta ações multilaterais para preservar os interesses do país, segundo o Ministério da Indústria e Comércio Exterior.

A decisão de Trump intensifica a política de “América em primeiro lugar”. Ele fez críticas à maneira com que outros países tratam as indústrias americanas, que enfrentariam concorrência desleal.

“Eles destruíram nossa indústria de alumínio, de aço e outras indústrias, francamente. Vejam as fábricas de carros que mudaram para o México por razão nenhuma”, afirmou o republicano, durante reunião com representantes da indústria americana.

“Nós não somos protecionistas. Nós queremos jogar em um campo nivelado”, disse Dave Burritt, presidente da United States Steel Corporation, uma das maiores siderúrgicas dos EUA.

BRASIL

No início desta semana, o ministro brasileiro da Indústria e Comércio Exterior, Marcos Jorge de Lima, viajou a Washington para conversar com o secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross.

A imposição de tarifas fora sugerida pelo Departamento de Comércio no mês passado, em estudo encaminhado à Casa Branca.

Na ocasião, foram expostas três opções para o aço: taação mínima de 24% a todos os países; taxa de 53% aos maiores exportadores, incluindo o Brasil; ou estabelecer uma cota à importação equivalente a 63% das importações do produto em 2017. Aparentemente, a Casa Branca escolheu a primeira opção.

No caso do alumínio, a proposta era uma tarifa global de 7,7% ou 23,6% aos maiores exportadores.

Lima disse que o governo brasileiro esperava obter uma sinalização positiva por parte dos americanos. Os Estados Unidos são o principal destino das exportações da indústria siderúrgica brasileira.

As autoridades brasileiras argumentaram que o aço exportado para os EUA não concorre com o produto local. Segundo o ministério, 80% das exportações aos americanos são produtos semimanufaturados, que sofrem novo processo de industrialização quando chegam ao país.

Ainda não foram divulgados detalhes sobre quais alíquotas seriam aplicadas a quais países, nem por quanto tempo. O governo brasileiro informou que espera “trabalhar construtivamente com os Estados Unidos” para evitar a aplicação da sobretaxa, que traria “prejuízos significativos aos produtores e consumidores de ambos os países”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: PATRÍCIA CAMPOS MELLO DE SÃO PAULO

Título: Medida inviabiliza venda de insumo brasileiro

A imposição de tarifas de 25% inviabilizaria as exportações para os Estados Unidos, que são o maior mercado para o aço brasileiro, diz Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do Instituto Aço Brasil.

“Essa tarifa teria um efeito muito negativo, seria difícil encontrar novos mercados e acabaríamos obrigados a readequar nosso nível de produção”, disse Lopes à Folha.

Os EUA são o maior destino das exportações brasileiras de aço, absorvendo 32,7% em 2017.

Lopes esteve no Congresso na Casa Branca nesta semana, na tentativa de tirar o Brasil da lista de países na mira de tarifas. “Essa medida é truculenta e vai criar um movimento monumental de retaliação de outros países.”

Ele diz que a indústria siderúrgica americana não é autossuficiente, precisa de importações, então, em última instância, haverá aumento nos preços finais ao consumidor. Os americanos afirmam que a proteção é necessária para aumentar a capacidade utilizada na indústria. “Essa decisão americana é um tiro no pé”, diz.

Além disso, o Brasil importa dos EUA cerca de US\$ 1 bilhão em carvão por ano, para fabricação de aço. As vendas americanas de carvão para o Brasil seriam afetadas pelas tarifas, diz.

A medida pode ser ainda pior. Uma das opções aventadas em um relatório do Departamento de Comércio, divulgado há duas semanas, colocava o Brasil em um grupo de 12 países, ao lado da China, que teriam tarifa máxima, de 53%

Lopes afirmou que a indústria pretende recorrer ao Departamento de Comércio da decisão.

Dentro do governo brasileiro, existe a percepção de que a medida, caso confirmada, abriria margem para contestação na OMC.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Amauri Segalla

Título: A enrascada entre AES e Eletropaulo

Mercado s/a

O grupo americano AES está decidido a vender sua fatia de 17% na distribuidora de energia Eletropaulo. Um ex-diretor da AES afirma que a operação sempre foi considerada pelo conselho um “ativo podre”. Nesta semana, a companhia divulgou um comunicado enigmático, insinuando que pode se livrar de suas ações. A AES Corp anunciou prejuízo líquido de US\$ 1,3 bilhão no quarto trimestre de 2017, maior do que a perda de US\$ 949 milhões registrada em igual período do ano anterior.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Governo prepara mudanças na reforma do mercado de gás

O governo entregará ao Congresso nas próximas semanas sugestões de mudanças no texto do substitutivo do projeto de lei sobre a reforma do marco legal do mercado de gás natural, de relatoria do deputado Marcus Vicente (PP-ES). Na última quarta-feira, representantes de vários segmentos da indústria de gás estiveram reunidos no **Ministério de Minas e Energia (MME)**, em Brasília, para buscar consenso sobre pontos incluídos no projeto que tramita na Câmara.

"Existe um projeto de lei, substitutivo, que está no Congresso. Quem está com a bola é o Congresso. O que vamos fazer é conversar com o presidente da Câmara [Rodrigo Maia (DEM-RJ)], o Marcus Vicente, e o presidente da Comissão de Minas e Energia e apresentar um acordo [que houve] sobre pequenas mudanças e que terá apoio geral [da indústria]", afirmou o secretário de Petróleo, Gás

Natural e Biocombustíveis do MME, Márcio Félix, após participar de seminário sobre petróleo e gás no Rio.

Segundo Félix, cerca de 80% do texto já tem convergência de interesses entre os agentes. Ele não detalhou, porém, quais itens foram equacionados e quais demandam mais discussões "Estamos otimistas de que vamos fechar em mais duas semanas o entendimento entre a maioria dos atores da indústria de gás".

As declarações do secretário pegaram o setor industrial de surpresa. O presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), Edvaldo Santana, afirmou que o segmento não foi convidado para participar da reunião. O executivo disse ainda estar preocupado com relação a um possível retrocesso no texto do projeto de reforma do setor.

Entre os pontos que podem ser mudados é o mecanismo para o mercado livre de gás natural. Enquanto o projeto prevê que as regras para o mercado sejam equânimes em todos os Estados e que o mecanismo seja regulado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), a mudança em análise pelo ministério prevê que as indústrias tenham que se submeter às distribuidoras de energia para contratar gás no mercado livre.

"O Gás para Crescer [programa do governo que deu origem ao projeto de reforma] é uma iniciativa do ministério. E o ministério apoiar esse tipo de texto [com a mudança] é como se ele estivesse recuando, como se não estivesse cumprindo aquilo que ele achava inicialmente que deveria ser", explicou Santana, acrescentando que a Abrace pediu uma reunião urgente com o Félix sobre o tema.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Assis Moreira | De Genebra

Título: EUA anunciam sobretaxa a aço e alumínio importados

O presidente Donald Trump anunciou ontem que vai impor sobretaxa de 25% nas importações de aço e de 10% nas de alumínio, alegando necessidade de proteger a indústria americana por razão de segurança nacional, para ter aço para produzir equipamento militar. A tarifa deve afetar exportações de aço brasileiro para os EUA.

A medida unilateral eleva as tensões no comércio global e poderá levar países exportadores a criar uma coalizão para reagir em conjunto. Parece claro que os exportadores, que têm se reunido para debater a situação, não ficarão de

braços cruzados. Ontem o governo brasileiro ameaçou retaliar (leia texto [Medida pode afetar US\\$ 2,5 bi de exportação do Brasil](#)).

Alguns países poderão partir logo para a retaliação, em vez de esperar o resultado de um longo processo no sistema de disputas da Organização Mundial do Comércio (OMC) - que Washington quer dismantelar cada vez mais.

A ação de Trump visa principalmente a China, que já diminuiu enormemente as suas exportações para os EUA por causa de taxas antidumping. Além da China, os principais exportadores de aço hoje são Canadá, Brasil, Coreia do Sul, México e Turquia. Mas Washington reclama do excedente chinês, que faz Pequim exportar muito para terceiros mercados e derrubar o preço mundial. Os demais países exportam em seguida produtos siderúrgicos baratos para os EUA.

Ao receber representantes da siderurgia americana na Casa Branca, Trump anunciou ontem que aplicará sobretaxas "por um longo período". Aparentemente, a briga é feita entre os assessores da Casa Branca sobre o tema, inclusive pelo impacto que pode ter na indústria local, com aumento de preços.

Trump teria escolhido a primeira das três recomendações feitas pelo secretário Wilbur Ross para proteger a siderurgia americana, a tarifa de 25% em importações de aço originárias de todos os países.

As duas outras opções eram taxação de 53% sobre o aço importado de 12 países, incluindo Canadá, Brasil e China, ou imposição de cota (volume limitado para entrar no mercado americano). A tarifa de 25% sobre as importações de aço aos EUA, portanto, é a opção menos ruim para o Brasil.

Diante da imprevisibilidade de Trump, ninguém se arrisca a dizer se a sobretaxa de 25% escolhida afetará todos os produtos de aço e todos os países importadores, ou será haverá exceções. O detalhamento da medida ainda não saiu.

A se julgar pelos movimentos no cenário internacional, isso poderá provocar uma articulada reação de grandes exportadores de aço. Dependendo dos detalhes da medida americana, uma denúncia na OMC contra os EUA parece certa e poderá ter um número enorme de participantes. Nesse caso, Washington terá de argumentar com exceções previstas pela OMC.

Nas regras da OMC, o artigo 21 do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt, na sigla em inglês) estabelece exceções sobre direitos e obrigações de um país por motivos de segurança nacional, como aumentar tarifas em períodos de guerra, por exemplo. Esse artigo, porém, nunca foi realmente testado, pelo risco de propagação de seu uso no comércio mundial para atacar produtos concorrentes.

Para países exportadores, utilizar essa exceção é abusivo. E abre o precedente para outros países usarem o mesmo pretexto de segurança nacional contra outros produtos que eventualmente incomodem a indústria local.

Outros tem mais pressa. A União Europeia já ameaçou com barreiras ao uísque bourbon do Kentucky e aos lácteos do Wisconsin. A China abriu recentemente um caso para limitar a entrada de sorgo americano e poderá fazer o mesmo contra a soja. O ministro da Fazenda do México, Ildefonso Guajardo, teria alertado os EUA sobre o plano mexicano de retaliação.

Em março de 2002, países exportadores, incluindo o Brasil, fizeram uma coalizão para reagir à sobretaxa de 30% imposta pelo então presidente americano, George W. Bush, contra vários tipos de aço importado, para ajudar a siderurgia americana.

Houve alta quase imediata do preço da commodity, que chegou a 70% em determinado momento. A medida gerou ainda um saldo negativo de 200 mil empregos na indústria americana como um todo. Bush teve de retirar a sobretaxa 16 meses antes do prazo de três anos, após a OMC considerar a medida ilegal e a Europa ameaçar retaliar produtos americanos.

Os detalhes que serão anunciados na semana que vem não estão claros, e parece haver divergência no governo. Trump continua sob pressão também de seu Partido Republicano, preocupado com aumento de preços de bens de consumo nos EUA. (***Com agências internacionais**).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor:

Título: Medida pode afetar US\$ 2,5 bi de exportação do Brasil

O governo brasileiro manifestou "enorme preocupação" com a decisão anunciada pela Casa Branca de aplicar tarifa adicional de 25% sobre as importações de aço e de 10% sobre as de alumínio. O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic) admitiu que a restrição poderá afetar exportações brasileiras de ambos os setores e não descarta aumentar o tom dos protestos.

Na terça-feira, o ministro interino Marcos Jorge se reuniu em Washington com o secretário de Comércio americano, Wilbur Ross. No encontro, disse que o aço brasileiro não representa ameaça e tem caráter complementar. "Cerca de 80% das exportações brasileiras são de produtos semiacabados, importante insumo para a indústria americana", afirmou o Mdic.

Em fevereiro, quando foi divulgado o documento com as recomendações do Departamento de Comércio sobre as tarifas, o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, disse que tentaria mostrar aos EUA que as exportações são complementares, e não concorrem com o aço americano.

O Brasil exportou no ano passado 5 milhões de toneladas de aço aos EUA, por um valor de US\$ 2,5 bilhões.

O Mdic lembrou que o Brasil, por outro lado, é um grande importador de carvão mineral dos EUA, com US\$ 1 bilhão em compras em 2017. "O governo não descarta ações complementares, no âmbito multilateral e bilateral, para preservar seus interesses", acrescentou o Mdic.

A decisão trouxe repercussões no mercado. As ações preferenciais da Gerdau e da Metalúrgica Gerdau subiram 3,19% e 1,27%, respectivamente. Por outro lado, Usiminas e CSN caíram 4,22% e 4,43%.

As ações da americana AK Steel tiveram alta de 9,5%. As da US Steel registrava ganhos de 3,67%, e as da Nucor Corporation subiram 3,26%. ***Colaborou Renato Rostás**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

MPF X Eletrobras

O Ministério Público Federal (MPF) do Piauí apresentou um parecer favorável à suspensão dos efeitos da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Eletrobrás que deliberou sobre a venda das distribuidoras do grupo, realizada em 8 de fevereiro. Em seu parecer, publicado no contexto de uma ação popular movida por sindicatos do setor, o procurador Alexandre Assunção e Silva diz ser favorável à publicação de uma medida cautelar que suspenda os efeitos da assembleia até que a ação possa ser julgada. Segundo o procurador, a privatização das distribuidoras "ostenta caráter de ameaça ao patrimônio público, mostrando-se, a princípio, como caminho mais gravoso à Eletrobras. Ao revés, a dissolução das distribuidoras se apresentaria, num primeiro momento, como opção menos onerosa à companhia."

EDP tem prejuízo

A Energias de Portugal (EDP), que controla a EDP Energias do Brasil, registrou prejuízo de € 33 milhões no quarto trimestre, revertendo o lucro de € 346 milhões apurados no mesmo período de 2016, que foi beneficiado por um montante de € 211 milhões em impostos deferidos. A receita da companhia, na mesma base de comparação, cresceu 2% nos últimos três meses do ano passado, de € 4 bilhões para € 4,1 bilhões. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) caiu 17%, para € 721 milhões. No acumulado de 2017, a EDP obteve um lucro líquido de € 1,1 bilhão, aumento de 16%, e uma receita de € 16 bilhões. Ajustado para desconsiderar efeitos não recorrentes, que somaram € 268 milhões, o lucro caiu 8%, para € 845 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Eletropaulo e Eletrobrás avaliam cronograma de acordo

O acordo que deve encerrar a disputa judicial entre a Eletropaulo e a Eletrobrás ainda esbarra, neste momento, no cronograma dos pagamentos que a distribuidora precisará fazer à estatal, apurou o **Valor** com fontes envolvidas na negociação.

A proposta aprovada previamente pelos conselhos das duas companhias prevê que a Eletropaulo pague aproximadamente R\$ 1,5 bilhão à Eletrobrás. A estatal defendia que no mínimo R\$ 750 milhões fossem pagos à vista, mas isso foi considerado fora de questão pelo conselho da Eletropaulo, por não ser compatível com o fluxo de caixa da distribuidora de energia. Agora, as duas companhias discutem qual será a parcela paga à vista e qual o cronograma do valor restante. "Ter um acordo no primeiro trimestre é muito factível", disse uma fonte ao **Valor**.

O cronograma de pagamento é importante para que a distribuidora não ultrapasse as cláusulas de restrição dos seus contratos de dívida ("covenants"). Ao fim de setembro, a alavancagem da companhia era de 2,57 vezes, abaixo do limite de 3,5 vezes dos covenants de suas dívidas.

O processo se arrasta na Justiça há 30 anos, e se refere a um empréstimo tomado pela Eletropaulo da Eletrobrás em 1986, quando a primeira ainda era estatal, e reunia, além da concessão de distribuição atual, ativos que hoje pertencem às empresas Cteep, EDP São Paulo e EMAE.

Eletropaulo e Eletrobrás brigam na Justiça sobre a atualização monetária do empréstimo desde 1988. Quando houve a cisão dos ativos da antiga

Eletropaulo, em 1997, a companhia passou a brigar também com a Cteep, por considerar que a transmissora teria obrigação de pagar.

A Eletropaulo precisa tirar o fantasma desse processo da frente antes do aumento de capital previsto, no qual a companhia deve levantar R\$ 1,5 bilhão com a venda de ações. Desse total, a ideia é que R\$ 1 bilhão seja resultante da venda de novas ações, e outros R\$ 500 milhões devem ser de uma oferta secundária, no qual a AES deve sair da empresa.

Nesta semana, a americana AES confirmou, em teleconferência sobre os resultados do ano passado, que a reclassificação de sua participação na distribuidora como "operação descontinuada" pressupõe que existe uma intenção de venda dessa fatia.

A informação de que a AES poderia sair da Eletropaulo circulava há tempos no mercado, mas a declaração da companhia ajudou a impulsionar as ações da distribuidora ontem, em um dia de queda generalizada na bolsa. Na quarta-feira, as ações da Eletropaulo subiram 1,27%, a R\$ 17,50. Ontem, elas fecharam com alta de 0,34%, a R\$ 17,56.

Recentemente, a Eletropaulo disse que ainda está em fase de negociação com a Eletrobrás, sem uma decisão final que possa ser comunicada. A Eletrobrás, por sua vez, informou que seu conselho de administração aprovou, em 5 de fevereiro, as condições gerais não vinculantes do acordo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Acordo entre Petrobras e Sete depende de credores

A Sete Brasil deu um passo importante para avançar na recuperação judicial na qual entrou há dois anos, quando reconheceu dívidas totais de R\$ 18 bilhões com credores, entre os quais estão a Caixa e o Banco do Brasil. Ontem a Petrobras, sócia e cliente da Sete, informou que o conselho de administração da estatal aprovou, na véspera, termos para um possível acordo entre as duas empresas no âmbito de uma mediação extrajudicial em curso desde setembro. Criada em 2010, a Sete surgiu para gerenciar um portfólio de sondas de perfuração de petróleo para a Petrobras.

A proposta apresentada pela petroleira prevê a manutenção dos contratos de afretamento e de operação de quatro sondas, e o encerramento dos contratos das restantes 24 unidades. No total, a Sete previa construir 28 sondas para a Petrobras, com investimentos de US\$ 27 bilhões. Pelos termos divulgados

ontem, os contratos com a Sete terão duração de dez anos e a taxa de aluguel das sondas será de US\$ 299 mil por dia. Também se prevê a saída da Petrobras e de controladas da estatal do capital das empresas do grupo Sete Brasil. A petroleira deixará ainda o capital do FIP Sondas, controlador da Sete, e que tem como cotistas: BTG Pactual, Santander, EIG, Luce Drilling, Lakeshore, FI-FGTS, fundos de pensão (Petros, Funcef, Previ e Valia), além da própria Petrobras.

Os sócios já fizeram baixas contábeis de suas participações acionárias na Sete. A empresa foi arrastada para uma crise de difícil solução em 2015, depois que ex-administradores da companhia delataram à Lava-Jato pagamentos de propinas nos contratos das sondas. Com as denúncias, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se negou a financiar a Sete. Agora espera-se que um investidor aporte os recursos necessários para concluir as quatro unidades e, em contrapartida, ganhe com o aluguel das unidades à Petrobras. Há estimativas não oficiais que essas quatro sondas exigiriam investimentos adicionais de US\$ 600 milhões.

Na proposta divulgada ontem, a Petrobras disse que o acordo com a Sete Brasil está condicionado à apresentação, pela empresa, de um operador de sondas de "classe internacional" e com experiência em "águas profundas". Os termos apresentados pela Petrobras ainda terão de ser analisados pelos credores da Sete Brasil, que entrou em recuperação judicial em abril de 2016 reconhecendo dívidas de R\$ 18 bilhões, incluindo passivo em dólar de US\$ 3 bilhões. Entre os principais credores estão, o Fundo Garantidor da Construção Naval (FGCN), administrado pela Caixa; BB, FI-FGTS, fundo Canvas, que adquiriu créditos do Itaú contra a Sete; CEF, Santander e Bradesco.

Na segunda-feira, está marcada uma assembleia geral de credores (AGC) da Sete Brasil. A tendência é que essa AGC seja suspensa pois a Sete precisará de mais tempo para adequar o seu plano de negócios aos termos apresentados pela Petrobras. Mas não se pode descartar que os credores optem por colocar a proposta em votação. Há duas maneiras de ver os termos aprovados pela Petrobras no caso Sete Brasil. Uma é positiva, pois permite continuar negociando em busca de uma saída para a recuperação judicial da companhia. Outra, porém, é negativa em função de eventuais restrições que os credores podem ter, uma vez que a proposta da estatal reduz os prazos e as taxas diárias de afretamento das sondas que, em princípio, poderão ser mantidas na relação contratual entre Petrobras e Sete Brasil.

Assembleia Geral de Credores da Sete Brasil está marcada para segunda-feira, mas deve ser suspensa

No contrato original, o prazo médio dos afretamentos das sondas era de cerca de 15 anos, mas havia unidades com prazos de 20 anos, disseram fontes. As

taxas de afretamento, por sua vez, eram de US\$ 420 mil, o que corrigido daria hoje algo como US\$ 450 mil. Tanto em prazo como em taxas, a proposta da Petrobras reduz os ganhos previstos originalmente pela Sete e seus sócios. Se o viés negativo prevalecer entre os credores, os termos da Petrobras poderiam ser rejeitados, devolvendo o caso da Sete à "estaca zero", e aumentando o risco de "quebra" da empresa. "Seria um tiro no pé, mas não se pode descartar essa hipótese", disse uma fonte, referindo-se à possibilidade de os credores rejeitarem os termos da petroleira.

Um executivo cuja empresa é credora da Sete disse não acreditar nessa hipótese. "Os credores não têm alternativa." Ainda não é possível saber de quanto será o "desconto" que os credores da Sete terão de aceitar, mas é certo que será "grande", podendo chegar a 80% ou 90% sobre o crédito total.

Do ponto de vista da Petrobras, considera-se que a empresa fez o que era possível. A proposta apresentada dá sustentação jurídica à estatal no processo de recuperação judicial da Sete Brasil. Se os termos, eventualmente, vierem a ser rejeitados pelos credores, a Petrobras terá argumentos para demonstrar que fez o que era possível para contribuir com uma solução para a recuperação judicial da empresa. A tendência, caso o acordo entre Sete e Petrobras venha a ser fechado na mediação extrajudicial, é que as quatro plataformas mantidas sejam as dos estaleiros asiáticos Brasfels, de Angra dos Reis (RJ), e Jurong, de Aracruz (ES), mais adiantadas em termos de construção.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Após reveses no Cade, Ultra mantém aposta nos atuais negócios

Após dois reveses no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), o grupo Ultra deve concentrar os investimentos na base de ativos existentes e em crescimento orgânico. De imediato, na avaliação de analistas, a nova negativa do órgão antitruste, desta vez à compra da Liquigás pela Ultragaz, não altera projeções para os resultados deste ano, mas põe por terra expectativas de crescimento mais acelerado, ao menos no curto prazo.

O comando do grupo já havia sinalizado que a estratégia é gerar mais valor a partir dos cinco negócios atuais e programou, para 2018, investimentos de R\$ 2,7 bilhões, o mais alto de sua história. Há potencial de expansão em todas essas áreas, disse em dezembro o presidente Frederico Curado. Mas a velocidade de crescimento, ponderam analistas, é menor hoje.

Na Ipiranga, de distribuição de combustíveis, e na rede de varejo farmacêutico Extrafarma, a meta é acelerar a abertura de novas unidades. Na Oxiteno, braço químico do grupo, o foco está no início de operação da nova fábrica de tensoativos em Pasadena, nos Estados Unidos. A Ultracargo já está investindo em expansão de terminais e a Ultragaz poderia crescer além das fronteiras brasileiras.

Após o veto do Cade, o Santander cortou a recomendação para as ações de Ultrapar de compra para neutra (manutenção) e reduziu o preço-alvo ao fim de 2018 de R\$ 84 para R\$ 83 por ON - no fechamento da B3 ontem, a ação valia R\$ 74,20 com queda de 1,51%. Em relatório, os analistas Christian Audi e Gustavo Allevato, afirmaram que, com o fracasso na tentativa de compra da Liquigás e da rede Alesat, no ano passado, não há um fator de crescimento acelerado de curto prazo para os resultados.

"Esperamos que a Ultrapar se concentre agora no crescimento orgânico dos ativos existentes", escreveram. A expansão mais moderada e o fato de as ações estarem negociando com prêmio em relação à média histórica - de 12% na relação entre valor de mercado e Ebitda e de 7% se considero o múltiplo preço/lucro - explicam o novo preço-alvo.

Grupo programou, para 2018, investimentos de R\$ 2,7 bilhões, o montante mais alto de sua história

Para 2018, os analistas do Santander esperam resultados operacionais melhores do que os vistos em 2017. Mas, ainda assim, o crescimento do Ebitda consolidado deve ser de 3% (para R\$ 4,2 bilhões) e o do lucro, de 7% (a R\$ 1,68 bilhão), já incorporando o pagamento à Petrobras de multa de R\$ 286 milhões pelo fracasso na aquisição da Liquigás. Antes de 2017, o grupo vinha exibindo dois dígitos de crescimento, dizem Audi e Allevato.

O UBS manteve recomendação de compra e preço-alvo de R\$ 86 para as ações, mas reduziu a projeção para o lucro neste ano em cerca de 9%. A revisão reflete a incorporação da multa em seus cálculos. O banco estimava para a holding lucro líquido de R\$ 2,07 bilhões e agora trabalha com R\$ 1,88 bilhão, o que embute alta de 20% na comparação com 2017.

Em relatório, os analistas Luiz Carvalho e Julia Ozenda comentaram que os últimos 20 meses foram "difíceis" para a Ultrapar, com a rejeição do Cade tanto à aquisição da Liquigás quanto da Alesat, a retomada mais tardia do que se esperado nas vendas de combustíveis, o fato de a rede Ipiranga não ter recuperado participação de mercado e o impacto negativo da volatilidade dos preços dos combustíveis nas margens no primeiro semestre de 2017, que tornou a recuperação mais difícil no segundo semestre.

Esses eventos, avaliam os analistas, levaram alguns investidores a adotarem postura mais conservadora em relação à Ultrapar, mas as dificuldades parecem estar ficando para trás.

O UBS permanece positivo em relação ao grupo e espera recuperação dos resultados em 2018, por causa dos esforços em embandeirar mais de 1,3 mil postos de combustível entre 2016 e 2018, da mudança no modelo de contrato de fornecimento com a Petrobras em maio e da esperada perda de competitividade dos postos bandeira branca.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras vai analisar alternativas para venda da Liquigás

O veto do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) à venda da Liquigás para a Ultragaz, do grupo Ultra, reforça a tendência de entrada de novos agentes no setor de gás liquefeito de petróleo (GLP). A Petrobras já informou que analisará imediatamente alternativas para a venda de sua subsidiária. O plano de negócios da estatal prevê a saída integral do negócio de distribuição de GLP.

Na quarta-feira, a relatora do caso no Cade, a conselheira Cristiane Alkmin, sugeriu que a Petrobras deveria buscar uma empresa compradora com uma participação de mercado menor do que 10%.

Atualmente, segundo dados do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP (Sindigás), Copagaz, Consigaz, Fogás e Amazongás são exemplos de empresas que se enquadram nesse perfil. A Nacional Gás e a SHV (Supergasbrás), a exemplo da Ultragaz, também possuem fatias relevantes do mercado e possivelmente enfrentariam restrições do órgão antitruste.

Segundo o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, as empresas menores teriam mais dificuldades para entrarem sozinhas na disputa. O grupo Ultra ofereceu, pela Liquigás, R\$ 2,8 bilhões, em 2016.

Para ele, a tendência é que a Liquigás receba ofertas de novas entrantes. O economista também não descarta a possibilidade das distribuidoras menores se associarem a fundos de investimentos.

"Acredito que o mais provável é um novo entrante. Um fundo, por exemplo, que pense em reestruturar a empresa para uma venda futura, por exemplo", comenta Pires.

Na primeira tentativa da Petrobras de vender a Liquigás, empresas como a Gávea Investimentos e a turca Aygaz chegaram a se interessar pelo ativo e entrar no mercado brasileiro.

Outra possibilidade, segundo Pires, é a abertura do capital da Liquigás, a exemplo da BR Distribuidora, só que disponibilizando ao mercado o controle da distribuidora de GLP. "Mas acredito que a opção da venda de 100% da empresa seja um processo mais rápido", ressaltou.

O consultor Paulo Barata Ribeiro, ex-diretor da Minasgás e do Sindigás, também acredita que a melhor saída para a Petrobras é buscar novos entrantes. Uma alternativa seria incluir as restrições do Cade nas condicionantes do processo de desinvestimento da Liquigás. "Era natural a atitude do Cade, não surpreende", afirmou Ribeiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Motorista ignora relação de preços e prefere etanol

O motorista para no posto, faz a conta para comparar qual combustível é mais vantajoso entre gasolina e o etanol - considerando o rendimento no tanque - e opta pela gasolina, certo? Não nos últimos meses. Desde dezembro, os preços do etanol estão acima de 70% do valor da gasolina nos principais centros consumidores, o que, em tese, torna o combustível fóssil mais vantajoso que o etanol. Mesmo assim o consumo de etanol segue crescendo a todo vapor. E a tendência é que as vendas do biocombustível sejam ainda maiores neste ano.

As explicações para esse quadro são várias. Para a maior parte dos analistas desse mercado, os motoristas estão assustados com os valores recorde da gasolina e passaram a ignorar a paridade de 70%, que seria equivalente ao rendimento médio, na frota da brasileira, do etanol ante a gasolina nos motores.

Na semana passada, a gasolina chegou a ser vendida por R\$ 4,703 o litro nos postos do Rio de Janeiro, maior valor da história do Estado e um dos maiores preços do país. Em São Paulo, o recorde foi batido no início do mês, em R\$ 4,019 o litro.

"Quando você percebe que o filé mignon está muito caro, você vai para a carne mais barata. É a mesma coisa nesse caso", avalia Martinho Ono, diretor da SCA Trading.

Presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), Paulo Miranda Soares concorda. "Apesar de não estar na paridade, o etanol está R\$ 1 mais barato que a gasolina. É uma migração para um produto mais barato, o consumidor brasileiro está com dificuldades", afirma. Para ele, o motorista pode até estar andando alguns quilômetros a menos do que estaria se estivesse abastecendo com gasolina, mas a diferença é pouca. "A correlação está muito próxima da paridade", diz.

Em São Paulo, que concentra quase 60% das vendas nacionais de etanol, o preço do biocombustível já está acima de 70% do valor da gasolina desde a primeira semana do ano e chegou a 72% em fevereiro, mas a diferença nominal tem se mantido acima de R\$ 1,12 o litro. O mesmo ocorre em Minas Gerais. Responsáveis por mais de 10% das vendas de etanol do país, os postos mineiros registram uma diferença superior a R\$ 1,20 o litro, apesar da correlação estar em 72% desde o fim de janeiro. Atualmente, o preço do etanol só está abaixo de 70% do valor da gasolina em Goiás e Mato Grosso.

Para Willian Hernandes, sócio da consultoria FG/A, a correlação de preços explica o comportamento da demanda, mas o patamar próximo de 72% ainda não faz o consumidor preferir o etanol. "A troca ocorre mais quando a relação chega a 74%".

O analista lembra que, na safra passada (2016/17), a variação dos preços do etanol foi mais ampla comparando o período de moagem e a entressafra. Naquele período, a correlação entre o etanol e a gasolina em São Paulo saiu de um patamar favorável ao etanol de 69% para 74% em poucas semanas.

Pelas contas da FG/A, as vendas de hidratado das distribuidoras aos postos em janeiro ficaram perto de 1,2 bilhão de litros - próximo ao nível de janeiro de 2016. Em relação a janeiro de 2017, quando o consumo foi bem fraco, isso representaria um acréscimo de quase 40%. A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) divulga hoje o dado de janeiro.

Parte das usinas começa a retomar a moagem de cana já neste mês e com uma tendência bem mais alcooleira, o que deve elevar a oferta interna de etanol em breve. O analista da FG/A estima que a produção deve crescer na mesma proporção que a demanda, mas duvida que as vendas alcancem o recorde histórico registrado em 2015, quando foram comercializados 17,8 bilhões de litros de etanol hidratado no país. "A produção de açúcar teria que cair 6,5 milhões de toneladas (18%). Projetamos sim uma queda, mas não dessa magnitude", afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Finanças****Autor:****Título: Wall Street cai pelo 3º dia com tarifa sobre aço importado**

Os investidores começaram o dia ontem de olho em Jerome Powell, presidente do Federal Reserve (Fed), mas foi Donald Trump, presidente dos EUA, o responsável por jogar as bolsas de Nova York em nova espiral de volatilidade. Trump anunciou que vai impor tarifas de importação para o aço e o alumínio.

Por um lado, isso beneficiou as siderúrgicas locais, que registraram alta relevante na sessão. Mas a medida deve prejudicar consumidores e empresas ao encarecer o preço de insumos e, por consequência, o de bens finais, o que pode se traduzir em mais inflação e elevações extras juros nos EUA neste ano. Gigantes como Boeing e Caterpillar foram penalizadas, com baixas de 3% e 2,7%, e ajudaram a arrastar as bolsas locais.

Investidores alertaram que Trump pode ativar uma guerra comercial, o que é considerado um fator de risco para os mercados.

No pior momento, os índices caíram mais de 2%, mas parte das baixas foi revertida na reta final da sessão. O índice Dow Jones fechou em queda de 1,68%, aos 24.608,98 pontos, o S&P 500 recuou 1,33%, aos 2.677,67 pontos, e o Nasdaq perdeu 1,27%, aos 7.180,56 pontos. No ano, o Dow Jones passou a cair 0,45%, enquanto S&P 500 sobe 0,15% e o Nasdaq, 4,02%.

O índice VIX, conhecido como "termômetro do medo" em Wall Street, subiu 12% no fim do dia, a 22,23, depois de bater a máxima intradia a 25,30. Leituras acima de 20 indicam mais volatilidade no mercado de ações.

Na renda fixa, os rendimentos ("yields") dos Treasuries caíram, com as T-notes de 10 anos baixando a 2,802%, de 2,889% da sessão anterior, maior queda diária em seis meses. Os yields dos T-bonds de 30 anos recuaram a 3,084%, de 3,130%, enquanto os de dois anos cederam a 2,206%, de 2,262%. O yield se move na direção contrária ao preço do título.

Grande aposta do dia, Powell acabou, em seu 2º dia de testemunho ao Congresso, baixando o tom quanto à chance de inflação mais forte e mais de três altas na taxa de juros neste ano. Na terça-feira, ele havia justamente sinalizado o contrário, ao mostrar confiança quanto à força da economia americana.

Em evento no Brasil, o presidente do Fed de Nova York, William Dudley, foi na contramão e classificou como gradual um ritmo de quatro altas de 25 pontos base na meta dos Fed Funds. "Quatro altas de 25 pontos base no ano não é nada agressivo, seria algo gradual no meu ponto de vista", afirmou.

No mercado de câmbio, o ICE Dollar Index recuou 0,39%, a 90,26. O euro subiu 0,61%, a US\$ 1,2267. O dólar caiu 0,45% ante o iene, a 106,194 ienes. **(Com agências internacionais)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Nathália Larghi | De São Paulo

Título: Setor financeiro, varejo e siderurgia compõem mix

Com representantes dos setores financeiro, siderúrgico e varejista, a Carteira Valor de março reúne, na sua maioria, empresas com bons resultados operacionais e que podem se aproveitar da retomada da economia. As ações da Petrobras, contudo, seguem como as mais indicadas, selecionadas por cinco corretoras, seguida por B3, com quatro indicações. Ainda do ramo financeiro, Banco do Brasil e Itaú Unibanco completam as indicações, com três indicações cada.

Do setor varejista, as ações da Via Varejo prosseguiram na lista com duas recomendações, ao lado de Magazine Luiza, que reaparece no portfólio com duas indicações. E a despeito da decisão do presidente americano Donald Trump de instituir tarifas sobre importação de aço e alumínio, três siderúrgicas aparecem na lista top 10. A Gerdau, que tem planta nos Estados Unidos, pode se beneficiar da medida e segue no portfólio com duas indicações. Usiminas e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) completam as indicações do setor (2). A Fibria, de papel e celulose, recebeu duas indicações.

A justificativa da BB Investimentos para a entrada da Petrobras em sua lista é a expectativa de bons resultados no quarto trimestre de 2017. A instituição afirma acreditar que a estatal ainda tem "potencial de valorização", com forte geração de caixa e redução do endividamento.

A Bradesco Corretora, que manteve a petrolífera em sua seleção, baseia sua escolha nos bons resultados da companhia. A expectativa de estrutura de capital mais equilibrada, eventuais melhorias regulatórias e ajustes na transferência de direitos sobre áreas do pré-sal são alguns dos pontos destacados.

A justificativa de Sandra Peres, chefe do departamento de análise da Coinvalores, e Felipe Silveira, analista de investimento da casa, para a escolha de B3 é a expectativa de resultados mais fortes devido às melhores perspectivas econômicas. O ciclo prolongado de juros baixos e a "onda de ofertas de ações", que fortalecem o mercado de capitais, justificam a escolha. Eles ainda destacam a fase final de integração com a Cetip, que pode elevar a alavancagem operacional da B3 e, assim, garantir uma boa geração de caixa e distribuição de proventos.

A Bradesco Corretora também justifica a escolha de B3 pelo bom momento econômico e do mercado de ações. "Vemos indicações de que os investimentos privados poderão ser retomados, beneficiando diretamente o giro de negócios do segmento Bovespa", afirma a corretora em relatório.

Itaú Unibanco foi uma das escolhas da Ativa Investimentos. Para Phillip Soares, a recomendação é apoiada pelos bons resultados operacionais, que "tendem a surpreender as expectativas do mercado". Ele afirma que os papéis são os seus favoritos no setor bancário, e destaca que uma melhora na atividade econômica e o ciclo de baixa de juros podem melhorar o cenário para o segmento.

A BB Investimentos, que também manteve os papéis na carteira, considerou os resultados apresentados pelo Itaú no quarto trimestre "neutros", mas a divulgação de metas positivas para 2018 "corrobora sua perspectiva otimista para a companhia e seu forte crescimento de lucros". O Itaú prevê que seu lucro líquido crescerá em torno de 8% em 2018.

As ações do Banco do Brasil completam a seleção do setor financeiro. A Guide Investimento justifica a escolha pelas políticas adotadas pela instituição para controlar despesas e a tendência de queda das provisões para perdas com crédito. A corretora ainda destaca a "forte recuperação no crédito do Banco do Brasil no quarto trimestre", que superou as expectativas do mercado e sinaliza que o banco tende a manter essa taxa de recuperação para os próximos trimestres.

Gerdau, CSN e Usiminas estão na seleção, apesar de o governo americano sobretaxar a importação aço

A Magliano Corretora, que manteve as ações do BB na carteira, também mostra otimismo em relação ao setor. "Com os sinais de retomada da atividade econômica, vislumbramos um cenário positivo de crédito que deve se traduzir em crescimento de suas receitas e menores provisões com devedores duvidosos", afirma. A corretora também destaca a maior utilização de novas tecnologias que podem trazer ganhos operacionais para o banco.

Gerda foi uma das indicações mantidas pela Coinvalores, por considerar que os papéis são os mais descontados do setor de siderurgia. Sandra Peres e Felipe Silveira destacam que a empresa deve se beneficiar não só da recuperação econômica no Brasil, mas também do maior investimento em infraestrutura nos Estados Unidos, onde a companhia tem forte presença. Dentre as siderúrgicas apontadas, é a única que se beneficia diretamente da decisão de Donald Trump de tariffar a importação de aço e alumínio, já que tem operações no país.

A Usiminas, que segue na carteira da XP Investimentos, deve apresentar bom desempenho quando apresentar as demonstrações financeiras do quarto trimestre. Segundo a XP, os números tendem a ser robustos e mostrar "consistência na recuperação operacional".

A Guide Investimentos destacou o forte crescimento do Ebitda da companhia e a consequente redução de sua alavancagem financeira. "Para o longo prazo, consideramos que o ambiente econômico doméstico mais favorável pode levar a uma demanda de aço acima do esperado e beneficiar os resultados da Usiminas", afirma a corretora. A queda das ações após o anúncio de Trump foi considerada uma correção passageira, segundo o analista Rafael Passo, já que 86% das receitas da companhia são provenientes do mercado interno.

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) aparece como a novidade do setor na Carteira Valor de março. Apontada por duas casas, as principais justificativas para a escolha se baseiam na expectativa de fortes resultados para os resultados do quarto trimestre de 2017, influenciados por uma maior demanda no mercado interno, principalmente do setor automotivo. Segundo a BB Investimentos, a companhia ainda tem chances de concluir a renegociação de sua dívida com a Caixa Econômica Federal, o que pode melhorar seus resultados financeiros no curto prazo.

Para Glauco de Castro, analista da Spinelli, mesmo que a decisão de Trump tenha um impacto inicial negativo para a ações, a companhia se aproveita do bom momento econômico do mercado doméstico.

Assim como o setor siderúrgico, o segmento de varejo se beneficia de uma retomada econômica, segundo as análises das corretoras participantes.

Petrobras mantém liderança e segmento financeiro tem Itaú, B3 e Banco do Brasil na lista Top 10

Substituindo Carrefour, apontado por duas empresas no mês passado, o Magazine Luiza foi escolha da BB Investimentos e da Coinvalores. As estratégias para o desenvolvimento digital da empresa nortearam a seleção.

Segundo análise da BB Investimentos, a companhia teve um forte resultado no quarto trimestre de 2017 e está colhendo os frutos de suas "acertadas estratégias comerciais baseadas em transformação digital, com foco no e-commerce e marketplace".

A Coinvalores lembra que a recuperação econômica mais forte e a Copa do Mundo também beneficiam o setor varejista, que pode ter mais vendas, principalmente de televisores.

A escolha da XP Investimentos para o segmento foi a Via Varejo. Segundo análise da corretora, a empresa será uma das grandes beneficiadas da recuperação do consumo e da maior concessão de crédito. A XP ainda destaca que os papéis da empresa estão descontados em relação aos ativos das concorrentes, o que pode proporcionar ganhos maiores ao longo do tempo.

Para Soares, da Ativa Investimentos, a empresa tem alta alavancagem operacional e, portanto, pode se beneficiar de uma retomada do consumo. "O operacional é bastante competente e a gestão vem se recuperando de um conflito interno entre a controladora, a varejista francesa Casino, e os minoritários, em especial a família Klein", afirma o analista. "Apesar do momento de instabilidade, acreditamos na Via Varejo como 'player' de grande valor no setor varejista, com marcas fortíssimas e grande escala nas operações".

A Fibria se manteve na lista e completou o portfólio de março com duas indicações. Os bons indicadores operacionais são as principais justificativas para a escolha. A Guide também destacou a expectativa de um ciclo mais positivo para os preços da celulose no curto e médio prazos, além da continuidade do ciclo mais favorável da operação da planta Horizonte II, que pode proporcionar um aumento significativo no fluxo de caixa.

Em fevereiro, a Carteira Valor teve uma rentabilidade média de 3,17% contra 0,52% do Ibovespa. No ano, o portfólio acumula 18,97% de alta, contra 11,72% do índice. Nos últimos 12 meses, a rentabilidade da Carteira é de 37,79%, contra 28,04% do Ibovespa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras vai analisar alternativas para venda da Liquigás

O veto do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) à venda da Liquigás para a Ultragaz, do grupo Ultra, reforça a tendência de entrada de novos agentes no setor de gás liquefeito de petróleo (GLP). A Petrobras já

informou que analisará imediatamente alternativas para a venda de sua subsidiária. O plano de negócios da estatal prevê a saída integral do negócio de distribuição de GLP.

Na quarta-feira, a relatora do caso no Cade, a conselheira Cristiane Alkmin, sugeriu que a Petrobras deveria buscar uma empresa compradora com uma participação de mercado menor do que 10%.

Atualmente, segundo dados do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP (Sindigás), Copagaz, Consigaz, Fogás e Amazongás são exemplos de empresas que se enquadram nesse perfil. A Nacional Gás e a SHV (Supergasbrás), a exemplo da Ultragaz, também possuem fatias relevantes do mercado e possivelmente enfrentariam restrições do órgão antitruste.

Segundo o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, as empresas menores teriam mais dificuldades para entrarem sozinhas na disputa. O grupo Ultra ofereceu, pela Liquigás, R\$ 2,8 bilhões, em 2016.

Para ele, a tendência é que a Liquigás receba ofertas de novas entrantes. O economista também não descarta a possibilidade das distribuidoras menores se associarem a fundos de investimentos.

"Acredito que o mais provável é um novo entrante. Um fundo, por exemplo, que pense em reestruturar a empresa para uma venda futura, por exemplo", comenta Pires.

Na primeira tentativa da Petrobras de vender a Liquigás, empresas como a Gávea Investimentos e a turca Aygaz chegaram a se interessar pelo ativo e entrar no mercado brasileiro.

Outra possibilidade, segundo Pires, é a abertura do capital da Liquigás, a exemplo da BR Distribuidora, só que disponibilizando ao mercado o controle da distribuidora de GLP. "Mas acredito que a opção da venda de 100% da empresa seja um processo mais rápido", ressaltou.

O consultor Paulo Barata Ribeiro, ex-diretor da Minasgás e do Sindigás, também acredita que a melhor saída para a Petrobras é buscar novos entrantes. Uma alternativa seria incluir as restrições do Cade nas condicionantes do processo de desinvestimento da Liquigás. "Era natural a atitude do Cade, não surpreende", afirmou Ribeiro.

MME / ASCOM .